



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**JULIO VITOR MENEZES DOS SANTOS**

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO  
FEMININO: um estudo de caso no município de Campina Grande – PB.**

**CAMPINA GRANDE  
2018**

**JULIO VITOR MENEZES DOS SANTOS**

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO  
FEMININO: um estudo de caso no município de Campina Grande – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Administração Pública

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves

**CAMPINA GRANDE  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Julio Vitor Menezes dos.  
Relação entre o Programa bolsa família e o empoderamento feminino [manuscrito] : um estudo de caso no município de Campina Grande – PB. / Julio Vitor Menezes dos Santos. - 2018.  
29 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2018.  
"Orientação : Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves , Departamento de Administração e Economia - CCSA."  
1. Políticas públicas. 2. Programa bolsa família. 3. Empoderamento feminino. I. Título  
21. ed. CDD 305.42

**JULIO VITOR MENEZES DOS SANTOS**

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO  
FEMININO: um estudo de caso no município de Campina Grande – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Administração da Universidade Estadual da  
Paraíba, em cumprimento às exigências para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Administração.

Área de concentração: Administração Pública

Aprovado em: 27/11/2018

**BANCA EXAMINADORA**

Gêuda Anazile da Costa Gonçalves  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Gêuda Anazile da Costa Gonçalves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sandra Maria Araújo de Souza  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Sandra Maria Araújo de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Geraldo Medeiros Júnior  
Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, meus amigos e principais incentivadores de todos os meus projetos de vida, cujo força e apoio tornaram-se essenciais, estimulando-me a sempre seguir em frente.

À Lucas José de Souza, meu namorado, melhor amigo e companheiro de todas as horas por seu afeto e compreensão imensuráveis.

À minha professora e orientadora e além de tudo grande amiga, Prof<sup>a</sup> Gêuda Anazile da Costa Gonçalves que contribuiu todo esse tempo para a minha formação. Pelo carinho, pela força até mesmo em momentos mais sombrios de minha vida pessoal. Alcançar a sua grandiosidade como pessoa e educadora são as minhas metas pessoal e profissional.

À Geraldo Medeiros Júnior, meu primeiro tutor no PET-Administração pela oportunidade de integrar esta equipe de excelência quando o assunto é Ensino, Pesquisa e Extensão,

Ao PET-Administração da UEPB, em especial à Lizandra Kelly de Araújo Santana por sua orientação quando entrei no programa. À Ruan Michel da Silva, por seu companheirismo e incentivo a melhoria acadêmica. À Pâmala Garcia da Silva por sua amizade e por ter proporcionado momentos tão felizes em minha vida, por me levantar quando caído e por seu companheirismo que pretendo levar para a vida. Cada atividade realizada e bem sucedida em minha formação deve-se a contribuição que recebi durante meu tempo de dedicação ao programa, por isso, agradeço.

Aos professores do curso de Administração da UEPB, em especial à Sandra Maria Araújo de Souza, minha segunda tutora PET, por protagonizar capítulos interessantes da minha história acadêmica e sem dúvida por trazer fortes referências para a construção de minha formação.

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite.  
Que a *liberdade* seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.

Porque alguém disse e eu concordo, que o *tempo* cura, que a mágoa passa, que decepção não mata, e que a vida sempre, *sempre* continua.

– *Simone de Beauvoir*

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	8
2.1. Programas de transferência de renda: resgate histórico e conceitual.....	8
2.1.1. Trajetória da proteção social no enfrentamento à pobreza .....	8
2.1.2. O Programa Bolsa Família .....	11
2.2. Empoderamento .....	12
2.2.1. Empoderamento Feminino .....	13
3. METODOLOGIA .....	14
3.1. Lócus da Pesquisa .....	14
3.2. Natureza da pesquisa .....	15
3.3. Universo e Amostra da pesquisa.....	15
3.4. Coleta de dados .....	17
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	18
4.1. Perfil do Respondente .....	18
4.2. Dimensões de Empoderamento .....	19
4.2.1. Empoderamento Econômico.....	19
4.2.2. Empoderamento Familiar .....	21
4.2.3. Empoderamento Psicológico .....	22
4.2.4. Empoderamento Sociocultural .....	23
4.2.5. Empoderamento Político .....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
REFERÊNCIAS .....	29

## RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO FEMININO: um estudo de caso no município de Campina Grande – PB.

Julio Vitor Menezes dos Santos\*

**RESUMO:** O empoderamento feminino vem surgindo como tema importante no ramo das políticas públicas. Levando este fato em consideração, esse trabalho tem por objetivo analisar se o Programa Bolsa Família contribui para o empoderamento feminino no município de Campina Grande, estado da Paraíba. A fim de atender a questão norteadora deste trabalho, foram aplicados 166 questionários às beneficiárias do referido programa no município. Concluído a etapa de coleta dos dados, estes foram agrupados e classificados conforme as categorias obtidas a partir da pesquisa bibliográfica realizada, definidas como empoderamento econômico, familiar, sociocultural, psicológico e político. Os resultados demonstram que o Programa Bolsa Família tende a valorizar a mulher, mas não é suficiente para provocar mudanças nas relações de gênero, dado que também tende a valorizar os papéis femininos tradicionais da mulher, em especial direcionados à vida familiar. O programa é capaz de promover o fortalecimento da autonomia das mulheres, à medida que são respeitadas pela comunidade como principais representantes e porta-voz da família, contudo ainda reafirma a exclusão das mulheres da cidadania ao passo que as inclui apenas nos interesses da comunidade familiar.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Programa Bolsa Família; Empoderamento Feminino.

### 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas de transferência de renda, vêm se tornando em toda a América Latina, mecanismos e instrumentos para o alívio<sup>1</sup> da pobreza, haja vista a insuficiência de outros programas sociais que visem o combate à desigualdade de renda e almejem a proteção social.

Enquadra-se entre tais políticas, o Programa Bolsa Família (PBF), responsável pelo atendimento de aproximadamente 14 milhões de pessoas, e que tem como objetivos básicos: a) o combate à fome e à pobreza; b) o reforço do acesso à rede de serviços públicos, com enfoque para educação, saúde e assistência social – principais condicionalidades do programa; c) a promoção da intersetorialidade e da sinergia das políticas públicas; e d) o estímulo à emancipação sustentada das famílias (Decreto nº 5.209/2004).

Segundo Alves e Cavanaghi (2012), entre os objetivos do Programa Bolsa Família estão: a redução da fome e desnutrição; elevação do poder de compra das famílias, fortalecimento dos direitos à saúde e educação e integração de outras políticas públicas como geração de trabalho

---

\*Aluno de Graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I  
E-mail: juliovitor.menezes@hotmail.com



e renda; aumento do poder de decisão e da autonomia feminina; criação de capital social e formação de redes de solidariedade.

Nesse âmbito, o PBF pode gerar impactos na condição social das mulheres beneficiárias, com efeitos na diminuição das desigualdades de gênero, assim como no empoderamento e na autonomia feminina. Dessa forma, faz-se necessário compreender, sob a ótica das beneficiárias, a influência do PBF no processo de empoderamento.

Para Santos (2014), na maioria dos estudos acerca do Bolsa Família têm-se tratado de abordagens teórico metodológicas, predominantemente voltadas para a área econômica e do serviço social. A autora faz um levantamento de vários trabalhos acadêmicos voltados para a discussão do Bolsa Família, e revela a insuficiência de debate sobre a relação que pode ser estabelecida acerca da titularidade feminina e as configurações de gênero do Programa Bolsa Família.

Sendo assim, este trabalho insere-se no campo das políticas sociais, uma vez que tem como questão norteadora principal: **O Programa Bolsa Família contribui para o empoderamento feminino?** Dessa forma, a fim de responder à questão problema da pesquisa, o objetivo dessa pesquisa é: **analisar se o Programa Bolsa Família contribui para o empoderamento feminino no município de Campina Grande, estado da Paraíba.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Programas de transferência de renda: resgate histórico e conceitual**

Para Barr (2004), são três os objetivos das transferências de renda governamentais: a) garantir a alocação intertemporal de consumo através do ciclo de vida; b) funcionar como seguro social; e, c) reduzir a pobreza.

O referido autor, enfatiza que quanto ao objetivo de reduzir a pobreza, os programas se caracterizam como: 1) aqueles concedidos a pessoas cuja renda está tão abaixo da linha da pobreza que o recebimento do benefício garantiria a subsistência e manutenção da vida; 2) os programas que fornecem dinheiro para as famílias de baixa renda mediante o cumprimento de algumas exigências previamente estabelecidas, denominadas de condicionalidades; e, 3) os benefícios universais, no formato de renda básica.

#### **2.1.1. Trajetória da proteção social no enfrentamento à pobreza**

Para garantir o entendimento do processo de enfrentamento à pobreza, faz-se necessário compreender a origem da proteção social no contexto internacional, pois tais experiências

estrangeiras serviram de base para o planejamento e implementação de políticas similares no Brasil.

Em 1536 surgem na Inglaterra, as *Poor Laws* (Leis dos Pobres), que estabeleciam que ‘os municípios providenciassem trabalho para todas as pessoas capazes, criassem asilos para os anciãos, punissem a vadiagem e tratassem dos enfermos e incapazes’. Portanto, era uma política voltada para o trabalho, e que, independente do salário pago, os pobres eram forçados a trabalhar nas *workhouses* ou casas de trabalho, que funcionavam como verdadeiras prisões (PEREIRA, 2002).

A proteção social surge em 1795 através da *Speenhamland Law* (Lei de Speenhamland), na qual era possibilitada uma renda mínima aos pobres, independente de seus proventos. Esse valor transferido variava de acordo com o preço do pão e dos membros do núcleo familiar, de forma a garantir o mínimo necessário à subsistência. Por se tratar de uma assistência incondicional, sem punições e livre de contrapartidas, a garantia de uma renda mínima levou à um colapso populacional e produtivo, fazendo a miséria atingir níveis extremos. (POLANYI, 2000).

Em 1834, a *Speenhamland Law* é abolida, dando lugar à *Poor Law Amendment Act* (Ato de Reforma da Lei dos Pobres), que alterava a lei anterior e tornava os benefícios assistenciais menores, para “não ferir a ética capitalista do trabalho” (PEREIRA, 2002).

Para Couto (2004), durante esse período liberal, a intervenção do Estado

(...) deveria ater-se aos direitos civis e políticos, pois a exploração do capital com o trabalho não é considerada injusta; ao contrário, sendo ela o motor da economia capitalista, deve ficar restrita à ação do mercado, que, perfeito, resolverá as questões das desigualdades, que são reconhecidas como distorções do mercado, problemas que devem ser corrigidos no seu livre funcionamento (COUTO, 2004).

No entanto, a crise do sistema liberal em 1929, tornou necessária a mediação do Estado na economia. Com base nos ideais de Keynes, surge o Estado social, que interfere na economia através de investimentos no mercado produtivo, bem como na produção do bem-estar, objetivando, conseqüentemente, à diminuição das desigualdades sociais. Conhecido como *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, esse sistema também sofreu o seu esgotamento e entrou em colapso face à crise econômica dos anos 80, forçando o retorno aos ideais liberais, dando à proteção social uma conotação assistencialista.

Para Alayón (1992), essa forma assistencialista de agir objetiva aliviar a miséria, a fim de garantir a preservação dos privilégios dos poucos pertencentes a classe dominante, sendo esses mesmos os que geraram e perpetuaram o sistema de exploração que, através da negação ao atendimento de qualidade, ampliaram a escassez de meios de subsistência.

No Brasil, a política social sofreu grandes mudanças pois esta adaptava-se de acordo com a forma de governo adotada na época, conforme o Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 – Recorte histórico das políticas sociais no Brasil**

Período	Política Social	Característica
Anterior a 1930	<i>Laissez-faire</i>	Estado pouco regulador da área social deixando o processo de provisão social sob a gerencia do mercado, da iniciativa privada não mercantil e da polícia (p. 127).
De 1930-1964	Populista/desenvolvimentista	“Não houve, no terreno social, um rompimento decisivo com o <i>laissez-faire</i> nem com a antiga estrutura do poder oligárquico da era agroexportadora. Tinha-se, de fato, uma política social <i>ad hoc</i> , apesar de sua crescente regulamentação formal” (p. 130).
De 1964-1985	Regime tecnocrático-militar	“Reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular” (p. 135).
De 1985-1990	Transição para a democracia liberal	“Concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial”. Inclusão da assistência social na Constituição Federal, “na condição de componente (integral e endógeno) do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania”. (p. 148) “Mas todos esses progressos constitucionais não frutificaram na prática, sendo, ao contrário, alvos de uma ‘contra-reforma conservadora’” (p. 156). Pregava a “desestatização, desregulamentação econômica e social, privatização do patrimônio e dos serviços Públicos e flexibilização do trabalho e da produção” (p. 157).
A partir dos anos 90	Neoliberal	“Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta” (p. 159). As políticas neoliberais propunham “reformas estruturais”, incluindo a reestruturação institucional, tendo como princípios básicos a liberação e desregulamentação (p. 160).

Fonte: Pereira (2002); adaptado por Fronza (2010).

No ano de 1995 surgem as primeiras experiências com programas de renda mínima no Brasil, em âmbito municipal. Com início na cidade de Brasília, e em dois municípios do estado de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, os referidos programas foram responsáveis por atender cerca de 27.000 (vinte e sete mil) famílias, sendo 84,26% (22.700) das famílias atendidas em Brasília, 8,9 % (2.400) em Campinas, e 6,84% (1840) em Ribeirão Preto.

Os programas em nível nacional foram implementados no ano de 1996, inicialmente com o lançamento, pelo governo federal, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e mais tarde, no mesmo ano, com a implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), este último, criado com o objetivo de prover sustento àquela parte da população colocada às margens sociais, incapazes de prover-se por si própria, e pode ser considerado como um grande passo em direção a um programa de renda mínima nacional. (PEREIRA, 2010).

Em 2003, foi criado o Programa Fome Zero, com o objetivo de combater a insegurança alimentar da parcela mais pobre da população do país bem como suas causas estruturais. Atrelado a esse fato, é criado o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

(CadÚnico), constituindo-se ferramenta de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar o número de famílias de baixa renda no Brasil, o que viabilizou a força federativa em torno do PBF e sua institucionalização.

### **2.1.2. O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF) constitui-se na maior política de assistência social brasileira, e surgiu com a finalidade de unificar a gestão e a execução das ações de transferência de renda de outros programas preexistentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero (TAVARES, 2010).

Segundo Soares *et al.* (2010), o PBF é o principal programa de combate à pobreza do país, de contribuição pecuniária, tendo o objetivo de fazer a renda chegar ao bolso de quem mais precisa. O funcionamento do programa é regido pela Lei 10.863, de janeiro de 2004, na qual são estabelecidos os pré-requisitos necessários, condicionalidades, para que o cidadão se torne um beneficiário do programa, assim como, o benefício financeiro que cada família terá direito tendo em vista a modalidade que corresponde a sua realidade.

A respeito dos Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades (ao qual o PBF está inserido) e seus benefícios, Ivanov (2011) afirma que

Esses programas também são uma abordagem inovadora para a prestação de serviços sociais, pois as condicionalidades tornaram-se um instrumento para investimentos de capital para assistência social a curto prazo e investimento humano a longo prazo, já que servem como uma alternativa para programas de assistência social e um complemento para o fornecimento de serviços de saúde e educação [...]” (IVANOV, 2011)

Corroborando com o exposto, bem como esclarecendo a funcionalidade das condicionalidades do PBF, Campello (2013) afirma que o PBF visa contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras e busca, em sua concepção, estimular o melhor acompanhamento do atendimento dos beneficiários pelos serviços de saúde, bem como ajudar a superar indicadores catastróficos nas trajetórias educacionais nas crianças objetivando interromper o “ciclo intergeracional de reprodução da pobreza”.

Sá e Silva (2002) ressaltam que o Programa Bolsa Família é essencial para ampliar outros programas, como fomentar a alfabetização, a capacitação profissional, apoiar à agricultura familiar, promover a geração de ocupação, e de renda, aumentar a oferta de microcrédito, ao passo que visa expandir o acesso à educação e serviços de saúde para os filhos.

A exemplo do programa de transferência de renda mexicano, denominado primeiramente de *Progres*a e que teve sua nomenclatura alterada posteriormente para *Oportunidades*, o PBF

tem seu enfoque voltado à mulher como beneficiária majoritária, pois conforme Medeiros *et al.* (2007) a escolha das mães para a titularidade do benefício reforça a legitimidade do papel feminino, indicando que as mulheres gerem os recursos de maneira mais favorável à família. Dessa forma, o PBF pode ocasionar mudanças significativas quanto ao reequilíbrio de poder tanto no espaço doméstico quanto em espaços públicos, resultando no empoderamento feminino.

## **2.2. Empoderamento**

O termo “empoderamento” vem sendo discutido amplamente nos últimos 10 anos. Porém, apesar da crescente literatura acerca do tema, não se chegou a um consenso no que tange a definição do termo, porém entende-se que o empoderamento tem a ver com o fato das pessoas assumirem o controle maior de suas vidas.

De acordo com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, uma agência do governo inglês que tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e eliminar a pobreza mundial, empoderar-se significa que os indivíduos adquirem o poder de pensar e agir livremente, exercer a escolha e de realizar seu pleno potencial como membros iguais da sociedade. (DFID, 2000).

Dessa forma, empoderar envolve transformar, considerando o aumento da influência que o indivíduo tem sobre sua própria vida. Para Bartlett (2004), esse fenômeno só ocorre frente às relações sociais, e estabelece como ponte de tensão, três domínios da tomada de decisão e ação humana:

- a) No domínio doméstico, as mulheres são empoderadas em relação ao homem;
- b) No domínio comunitário, os pobres são empoderados em relação aos ricos;
- c) No domínio social mais amplo, a sociedade civil é empoderada em relação ao Estado.

Tendo em vista o princípio da transformação, próprio do processo de empoderamento, as mudanças tendem a ocorrer nos três domínios da tomada de decisão e ação humana, levando a maior influência dos grupos, historicamente, hipossuficientes.

Segundo Sen (2001), empoderar a sociedade equivale a equilibrar as relações de poder em favor dos que têm menos recursos, relacionando o empoderamento diretamente com a equidade. Tal definição entra em conformidade com o conceito de empoderamento definido pela Organização Mundial da Saúde, que assume o empoderamento como

um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998).

Com base em Mageste *et al.* (2008), Moreira (2010) sintetizou o empoderamento em níveis e focos, conforme Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Níveis de empoderamento e seu enfoque**

<b>Níveis de Empoderamento</b>	<b>Foco</b>
Individual	Melhoria na condição de vida, conscientização, autoestima e autoconfiança
Relacional ou familiar	Inclusão social, educação, qualificação, capacitação e melhoria das relações familiares
Contextual ou comunitário	Conquista e defesa de direitos, formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações e ação social

Fonte: Mageste *et al.* (2008); adaptado por Moreira (2010)

Para Gohn (2004), o empoderamento trata-se da capacidade individual ou coletiva de decidir sobre questões que lhes interessam, à medida que destaca a importância deste no âmbito da gestão de políticas públicas. Corroborando com isso, Romano (2002) considera que o empoderamento implica no desenvolvimento de capacidades das pessoas excluídas socialmente a fim de superar os motivos de sua privação de liberdade. Sendo assim, surge o conceito deste trabalho em analisar o empoderamento das mulheres em situação de pobreza, em especial as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

### **2.2.1. Empoderamento Feminino**

É imprescindível destacar que para diminuição das desigualdades e promoção da autonomia, é preciso que sejam realizadas mudanças nas estruturas sociais e econômicas que são fatores determinantes para dissolver os limites para o empoderamento. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de mais informação acerca dos mecanismos de empoderamento feminino.

Apesar das dificuldades para conceituar o empoderamento na perspectiva de gênero, o Fórum Econômico Mundial (2005), definiu cinco dimensões para o empoderamento e oportunidade para as mulheres, a saber: a) Participação Econômica; b) Oportunidade econômica; c) Empoderamento político; d) Conquistas educacionais; e e) Saúde e bem-estar.

Corroborando com o exposto, Malhotra *et al.* (2002), categoriza o empoderamento feminino através de cinco dimensões, conforme Quadro 3 abaixo.

**Quadro 3 – Dimensões do Empoderamento**

<b>DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO</b>	
<b>Econômico</b>	A mulher controla o rendimento e os recursos da família. Acesso da mulher ao emprego e ao crédito.

<b>Sociocultural</b>	Liberdade de movimento, visibilidade e acesso aos espaços sociais, participação em grupos extrafamiliares e redes sociais, mudança nas normas patriarcais.
<b>Familiar/Interpessoal</b>	Tomadas de decisões domésticas.
<b>Político/Legal</b>	Conhecimento dos direitos, exercício do direito de votar.
<b>Psicológico</b>	Autoestima, auto eficiência, bem-estar psicológico, denúncia de injustiças, potencial de mobilização.

Fonte: Malhotra *et al.* (2002).

Com base nessa concepção, o empoderamento feminino surge como afirmação, reconhecimento e valorização das mulheres. Em cada uma das dimensões acima, há a busca por emancipação, autonomia e controle de seus direitos. No que refere à dimensão econômica, trata do acesso, controle e contribuição dos recursos pelas mulheres no ambiente familiar e admissão feminina no mercado de trabalho inclusive exercendo cargos de liderança, assegurando a capacitação adequada para alcançar tais níveis. Quanto à dimensão sociocultural esta refere-se ao poder da mulher sobre sua própria vida e liberdade à medida que abrange o desejo pela mudança dos padrões patriarcais e suas representações simbólicas.

A dimensão familiar discorre sobre a autonomia da mulher sobre seu corpo e o momento e circunstância de casar-se e ter filhos. Já a dimensão político/legal trata dos direitos femininos e a busca pela conquista destes, a partir da criação de leis que amparem as mulheres e campanhas que mobilizem a sociedade ao passo que abrange o sistema político e a representação feminina no ambiente governamental, atendendo seus interesses. No que compreende à dimensão psicológica, refere-se à autoestima e bem-estar psicológico feminino, além do desejo interno de mudança da situação atual da sociedade objetivando melhorias na vida das mulheres. (MALHOTRA *et al.*, 2002; LUTTREL *et al.*, 2009)

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Lócus da Pesquisa**

O município de Campina Grande, lócus dessa pesquisa, localiza-se no interior do estado da Paraíba, agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema. Segundo o último Censo Demográfico o município tinha em 2010, cerca de 385.213 habitantes, sendo: 182.205 homens (47,30%) e 203.008 mulheres (52,70%).

O município exerce grande influência política e econômica sobre o Compartimento da Borborema, composto por mais de 60 outros municípios. Em 2009, a cidade de Campina Grande possuía o segundo maior PIB do interior do Nordeste. Dessa forma, considerando os

dados expostos acima, justifica-se a escolha da cidade para realização dessa pesquisa, face a sua importância regional

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2016, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.6%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39.5% da população nessas condições. (IBGE, 2017).

Porém, faz-se necessário relacionar as estatísticas do município com o Programa Bolsa Família, conforme o Quadro 3 a seguir.

**Quadro 3 – Estatísticas do município em relação ao PBF**

População estimada para 2017:	410.332 pessoas
Porte do município:	Grande Porte
Famílias inseridas no Cadastro Único:	74.308 famílias
Famílias beneficiárias do PBF:	35.895 famílias
% da população beneficiada pelo PBF:	8,75% aproximadamente
Valor transferido em outubro de 2017 aos beneficiários:	R\$ 3.492.955,00
Valor médio do benefício:	R\$ 132,24 por família

Fonte: IBGE; SAGI; Estatística Territorial de Famílias Cadastradas (2017)

Com valor de transferência mensal de aproximadamente 3,5 milhões de reais, torna-se fundamental analisar se o PBF está cumprindo com seu objetivo de gerar mais autonomia a mulher, no município, pois insere-se no princípio de que se o programa não potencializa o empoderamento feminino, devem-se alterar suas estratégias metodológicas, a fim de garantir o cumprimento de sua finalidade.

### **3.2. Natureza da pesquisa**

Este estudo tem como objetivo analisar se o Programa Bolsa Família contribui para o empoderamento da beneficiária no município de Campina Grande, PB. A pesquisa enquadra-se na modalidade de Estudo de Caso, que segundo Vergara (2010) é o estudo profundo e detalhado de determinada unidade. É caracterizada como uma pesquisa exploratória, porque “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, e descritiva, por relatar características de determinada população tendo por objetivo levantar opiniões e atitudes desta. (VERGARA, 2010, p. 47).

### **3.3. Universo e Amostra da pesquisa**

O universo desta pesquisa é composto pelas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Campina Grande, que compõem, a saber, 35.895 famílias. De modo a



viabilizar o estudo no recorte temporal e geográfico proposto, foi definida uma amostra estratificada por acessibilidade, obtida através da seguinte fórmula:

**Quadro 4 – Fórmula para cálculo de amostra**

$\text{Amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N}\right)}$	N = Tamanho da população	Confiabilidade	Escore z
	e = Margem de erro (expresso em decimais)	80%	1,28
	z = Escore z (de acordo com a confiabilidade desejada)	85%	1,44
		90%	1,65
		95%	1,96
	99%	2,58	

Fonte: SurveyMonkey Inc (2018)

Com 99% de confiabilidade e margem de erro de 10%, contemplando um universo de 35.895 beneficiárias, a amostra estabelecida é composta por 166 respondentes.

Para fins de coleta de dados, a amostra foi estratificada levando em consideração os seguintes critérios: 1) Bairros, do município, foco da pesquisa, que apresentam maior concentração de beneficiárias do PBF; 2) Tempo mínimo de 1 (um) ano como beneficiária do PBF.

Sendo assim, foram selecionados 14 bairros, que correspondem por mais de 60% do total de famílias beneficiárias do PBF. Para definir o número de respondentes por bairro selecionado, levou-se consideração a quantidade de famílias beneficiárias em cada bairro e o número total de famílias que compõe a amostra, conforme fórmula abaixo:

Quantidade de respondentes = \_\_\_\_\_

Sendo,

b = quantidade de famílias no PBF por bairro

T = total de famílias nos bairros selecionados

q = quantidade de respondentes total (amostra)

Dessa forma, após aplicação da fórmula acima, foi possível definir o percentual de questionários a serem aplicados e quantidade de respondentes em cada bairro, conforme sintetizado no Quadro 5 a seguir.

**Quadro 5 – Quantidade de benefícios por bairros, com seu respectivo percentual**

BAIRRO	FAMÍLIAS NO PBF	% relação ao município	% de questionários a serem aplicados	Quantidade de respondentes
Bodocongó	3.950	11,00	18,12	30
Malvinas	2.202	6,13	10,10	17
Três Irmãs	1.714	4,78	7,87	13

Distrito de São José da Mata	1.675	4,67	7,69	13
Pedregal	1.619	4,51	7,43	12
José Pinheiro	1.558	4,34	7,15	12
Jeremias	1.355	3,77	6,21	10
Distrito de Galante	1.178	3,28	5,4	9
Catolé	1.164	3,24	5,34	9
Cidades	1.157	3,22	5,30	9
Nova Brasília	1.085	3,02	4,98	8
Liberdade	1.061	2,96	4,88	8
Mutirão/Serrotão	1.039	2,89	4,76	8
Santa Rosa	1.030	2,87	4,73	8
<b>TOTAL</b>	<b>21.787</b>	<b>60,7 %</b>	<b>99,96 %</b>	<b>166</b>

Fonte: Estatística Territorial de Pessoas/Famílias Cadastradas (2017)

### 3.4.Coleta de dados

O instrumento coleta de dados adotado para fins deste estudo, é um questionário composto por duas partes: a primeira, visando traçar o perfil das beneficiárias, é composta por 5 questões dicotômicas e de múltipla escolha; já a segunda, que aborda as cinco dimensões exploradas na pesquisa, contém 16 assertivas de múltipla escolha e utiliza a escala de Likert.

Para fins tratamento e análise dos dados coletados, foram adotadas as cinco dimensões, proposta por Malhotra *et al* (2002): a) Empoderamento Econômico; b) Empoderamento Sociocultural; c) Empoderamento Familiar; d) Empoderamento Psicológico; e e) Empoderamento Político. Torna-se necessário neste momento, uma sucinta conceituação acerca das dimensões observadas pela autora:

**ECONÔMICO:** Para Sen (2000), oferecer emprego e educação às mulheres seria o primeiro passo para aumentar o poder de voz feminino dentro e fora da família, fortalecendo sua autonomia.

**FAMILIAR:** Conforme Costa (2002), o empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, representando um desafio ao poder dominante patriarcal e seus privilégios.

**PSICOLÓGICO:** Segundo Riger (1993), a imagem do indivíduo empoderado considerando um enfoque psicológico “é a de pessoa comedida, independente e autoconfiante, capaz de comportar-se de uma determinada maneira e de influenciar o seu meio e atuar de acordo com abstratos princípios de justiça e de equilíbrio”.

**SOCIOCULTURAL:** Para Brinkerhoff & Azfar (2006), o empoderamento está, conceitualmente, diretamente relacionado à participação em espaços sociais, possibilitando o

desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente e tomar decisões em nível comunitário.

**POLÍTICO:** De acordo com Bartlett (2004), o empoderamento político faz parte de uma ampla gama de fatores capacitantes do ciclo do empowerment, juntamente com recursos, capacidades e oportunidades.

A pesquisa realizou-se no período de junho a agosto de 2018 no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal do município de Campina Grande, PB.

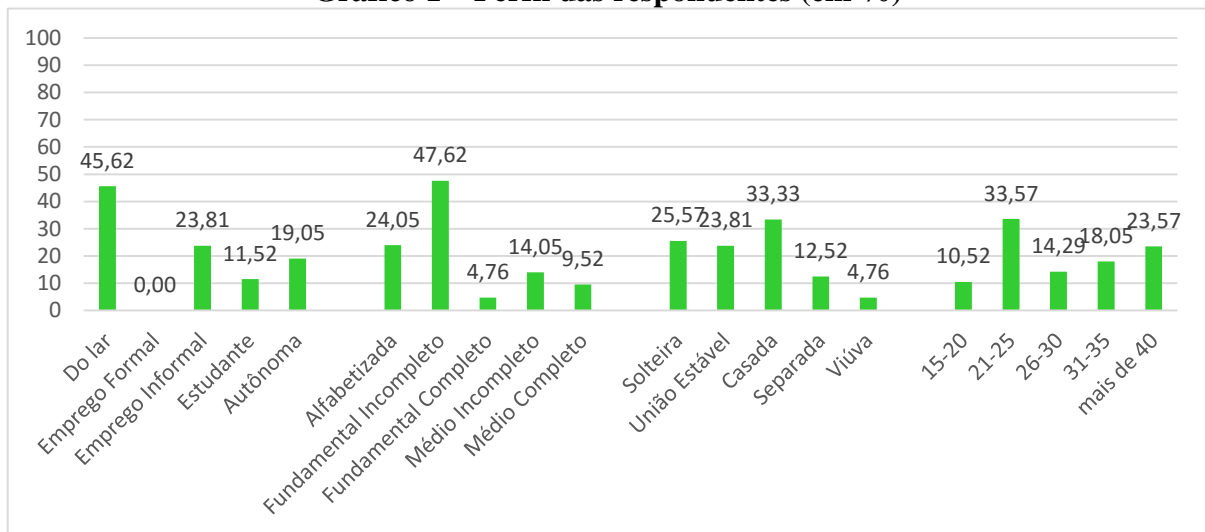
Os dados coletados foram tratados através da estatística descritiva e dispostos em gráficos informativos de superfície do programa *Microsoft Office Excel*.

## 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. Perfil do Respondente

No Gráfico 1 abaixo encontram-se os dados relativos as respondentes, beneficiárias do PBF, a fim de traçar seu perfil.

**Gráfico 1 – Perfil das respondentes (em %)**



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

1) Ocupação; 2) Grau de escolaridades; 3) Ocupação; e 4) Faixa etária

Os dados indicam predominância no PBF, de mulheres jovens, entre 21 e 25 anos. As beneficiárias com mais de 40 anos, representam mais de 23% da amostra estudada, quando somados, os dois grupos etários, ultrapassam mais de 57% do total de respondentes.

No que se refere ao estado civil, as mulheres casadas compreendem 33,33% das respondentes, ao passo que as que se consideram em união estável correspondem a 23,81%. Merece destaque para o percentual de respondentes solteiras (25,57%).

Quanto ao grau de instrução, destaca-se que mais de 47% das respondentes não concluíram o ensino fundamental. Segundo Soares e Gonzaga (1997) a educação é um determinante básico do acesso aos bons postos de trabalho no Brasil. Corroborando com os autores, Balassiano *et al.* (2005) apontam que os desníveis educacionais são os principais responsáveis pelos desníveis de renda e, conseqüentemente, pela desigualdade social.

É digno de ênfase, no que se refere à ocupação que 45,62% das respondentes consideram como principal ocupação o cuidado com o lar e os filhos. Também vale salientar que nenhuma das respondentes exercem qualquer tipo de trabalho formal, ao passo que 23,81% têm empregos informais e 19,05% consideram-se autônomas por realizarem vários serviços (bicos) a fim de complementar a renda.

Deste modo, foi possível estabelecer o perfil predominante das beneficiárias que participaram dessa pesquisa, a saber: senhoras que tem como ocupação principal as tarefas do lar (45,62%), que não concluíram o ensino fundamental (47,62%), casadas ou em união estável (57,14%) e entre os 21 a 25 anos (33,57%).

## **4.2. Dimensões de Empoderamento**

Os resultados obtidos foram agrupados e classificados de acordo com as dimensões de empoderamento propostos por Malhotra *et al.* (2002), à qual estavam inseridos. Dessa forma, a análise subdividir-se-á seguindo os mesmos princípios tendo em vista que isso facilitará a análise final.

### **4.2.1. Empoderamento Econômico**

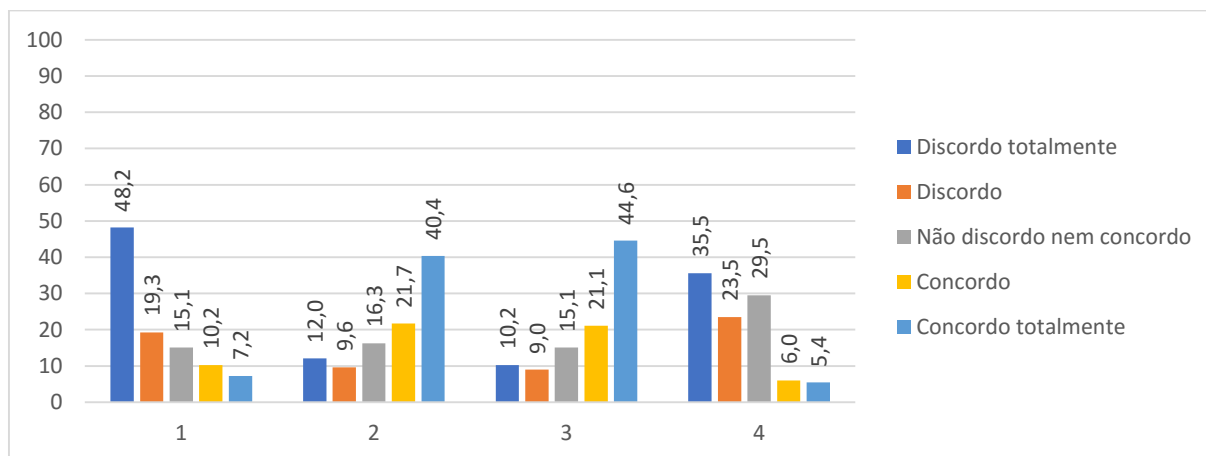
De acordo com o Gráfico 2, verifica-se um percentual elevado de discordância no que se refere à variável “Com o Programa Bolsa Família eu tive mais oportunidade de emprego”. Grande parte das beneficiárias, 48,2 %, não percebem uma relação entre o PBF e a facilidade de acesso ao emprego formal, ao passo que 17,4% das respondentes consideram o programa como influenciador do aumento das oportunidades de emprego para as beneficiárias.

Quando trata da possibilidade da mulher gerar mudanças no ambiente em que está inserida, Sen (2000) aponta para os benefícios de gerar oportunidades de emprego para as mulheres:

Trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos de outros. Além disso, com frequência o emprego fora de casa tem efeitos educativos, expondo a mulher ao

mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente. (SEN, 2000)

**Gráfico 2 – Empoderamento econômico (em %)**



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Afirmativas:

- 1) Com o Programa Bolsa Família eu tive mais oportunidade de emprego;
- 2) Com o Programa Bolsa Família tive mais independência financeira;
- 3) Com o Programa Bolsa Família tive mais crédito no mercado (comprei fiado);
- 4) Com o Programa Bolsa Família tive mais oportunidade de fazer cursos de capacitação.

No que diz respeito as variáveis “Com o Programa Bolsa Família tive mais independência financeira”, e “Com o Programa Bolsa Família tive mais crédito no mercado (comprei fiado)”, foi possível auferir que na percepção das beneficiárias, o PBF tem contribuído para promover independência financeira e acesso ao crédito às mulheres. Essas “subdimensões” expressam o empoderamento no sentido de facilitar o acesso à recursos externos, aumento de oportunidades e à construção da autonomia. (SEN, 2000; BARLETT, 2004; MOSEDALE, 2005).

No que tange as oportunidades à capacitação, a pesquisa evidencia que há disparidade entre as beneficiárias que tiveram acesso a cursos de capacitação e as que não participação de quaisquer atividades de qualificação profissional. Essa falta de acesso à capacitação causa reflexos também no acesso a empregos, restringindo, conseqüentemente, as oportunidades de empregos formais, o que leva às beneficiárias a exercerem atividades remuneradas com baixa frequência, conforme retratado no Gráfico 1 – Perfil das Respondentes, tornando-se impedimento para o empoderamento econômico.

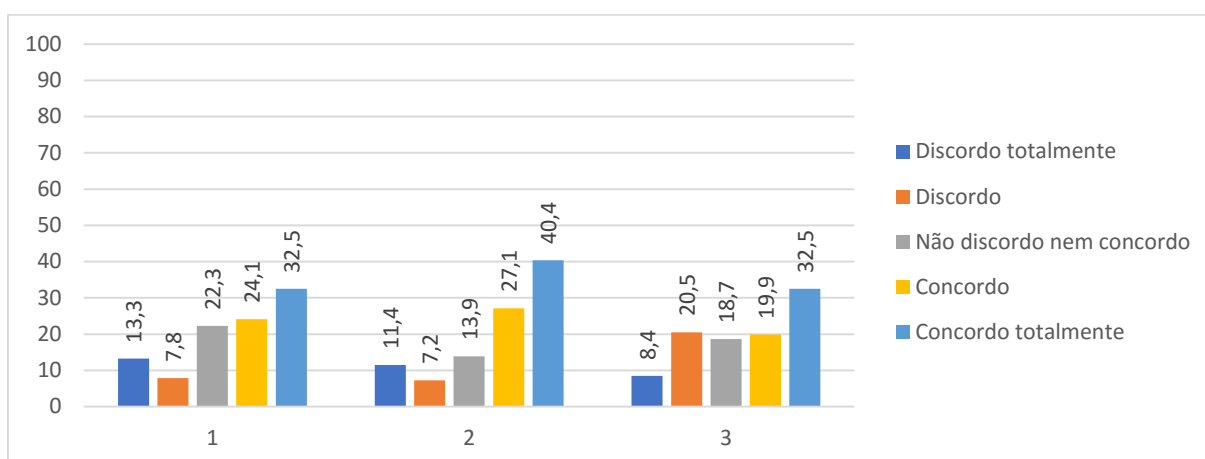
Quanto ao empoderamento econômico, Sen (2000) reflete acerca da mulher como ‘agente ativa de mudança’, afirmando que sua participação econômica pode ter grande projeção sobre as forças e os princípios organizadores que governam as divisões dentro da família e na

sociedade e pode promover dinâmicas de transformações sociais capazes de alterar não apenas a vida das mulheres como também dos homens.

#### 4.2.2. Empoderamento Familiar

De acordo com o gráfico 3, auferiu-se um percentual elevado de concordância no que se refere às 3 (três) afirmações.

**Gráfico 3 – Empoderamento familiar (em %)**



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

Afirmativas:

- 1) Com o Programa Bolsa Família posso tomar mais decisões dentro da minha casa;
- 2) Com o Programa Bolsa Família tive mais independência para tomar decisões sobre o futuro dos meus filhos;
- 3) Com o Programa Bolsa Família passei a ser mais respeitada pela minha família.

Quanto à primeira variável, que analisa a tomada de decisões intrafamiliares sob influência do Programa Bolsa Família, 56,6% das beneficiárias afirmam que o programa foi determinante para o empoderamento da mulher no ambiente intrafamiliar. O mesmo repete-se para a segunda variável, com um percentual de 57,5%, as beneficiárias afirmam que após o PBF, elas podem tomar mais decisões sobre o futuro dos filhos.

Sen (2000) corrobora, ao destacar a importância do empoderamento da mulher na família, já que este, entre outros benefícios, promove um impacto evidente na redução da mortalidade das crianças menores de cinco anos. Para a autora, isso se dá devido à maior influência das mulheres nas decisões que garantam os cuidados e bem-estar dos filhos.

Quanto à terceira variável, que trata acerca a influência do PBF sobre o respeito à mulher na família, é necessário apontar para o empoderamento como significativo para que sejam realizadas modificações na postura tradicional dos homens sobre as mulheres, assegurando-lhes autonomia e conseqüentemente, mais respeito. Segundo os dados da pesquisa, 52,4% das

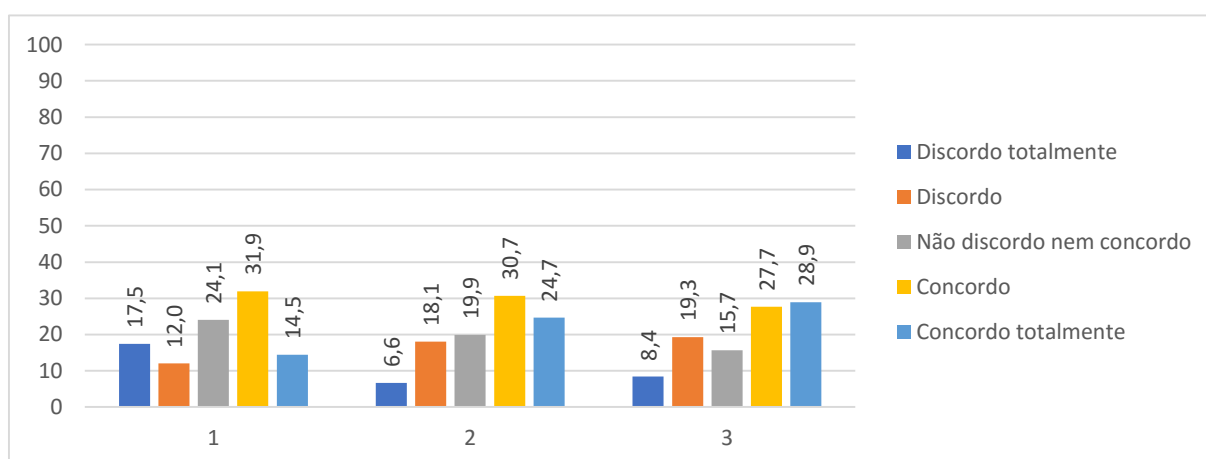
respondentes consideram o Programa Bolsa Família como influente no respeito que recebem de suas famílias.

Dessa forma, foi possível detectar características que atendem à dimensão do empoderamento familiar definido por Malhotra *et al* (2002).

#### 4.2.3. Empoderamento Psicológico

Na primeira variável 46,4% das respondentes concordaram que consideram o Bolsa Família como influenciador no seu sentimento de valorização perante a família e a sociedade. Dessa forma, as estratégias com o objetivo de fortalecer a autoestima e a capacidade de desenvolver meios de autoajuda e de solidariedade tem cumprido com sua finalidade.

**Gráfico 4 – Empoderamento psicológico (em %)**



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

Afirmativas:

- 1) Com o Programa Bolsa Família me senti mais valorizada como mulher na família e na comunidade;
- 2) Com o Programa Bolsa Família, me senti mais à vontade para fazer o que tenho vontade; e
- 3) O Programa Bolsa Família aumentou meu bem-estar.

O mesmo percentual elevado de concordância é auferido para as variantes quanto à possibilidade de fazer o que pretendem bem como no aumento do bem-estar, 55,4% e 56,5% respectivamente, considerando a concordância total que inclui as opções Concordo e Concordo totalmente. Percentuais tão positivos caracterizam o indivíduo como autoempoderado, considerando o empoderamento psicológico como o mais individualista de todas dimensões que estão sob análise neste trabalho.

Freire e Shor (1986) dialogam acerca da necessidade de que o empoderamento torne-se um sentimento social ao afirmarem:

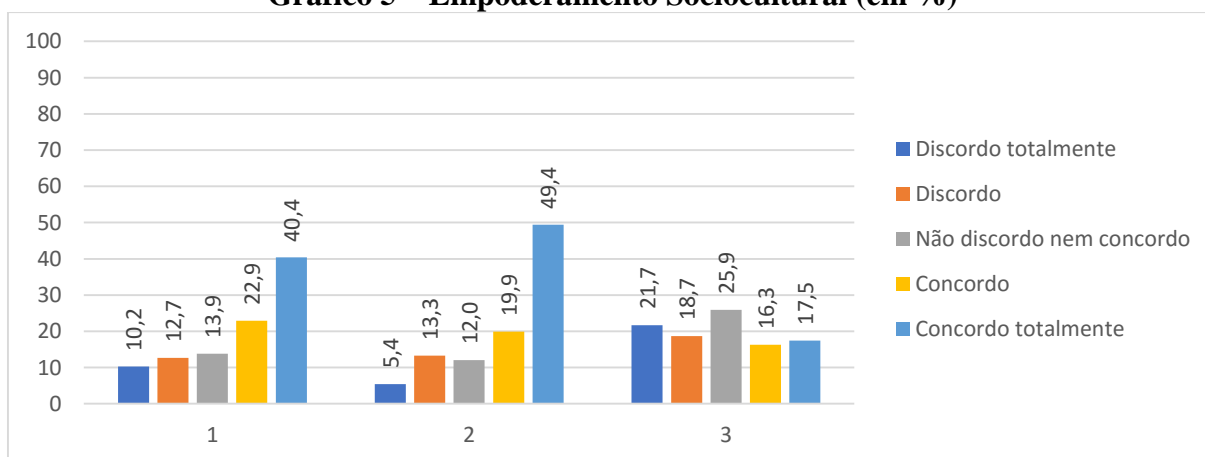
Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. (FREIRE e SHOR, 1986)

Dessa forma, os autores corroboram com o sentido de que o empoderamento é mais do que autolibertação, mas inclui processos que são capazes de transformar o empoderamento num ato social, sendo este de caráter sociocultural e político. Nesse sentido, o empoderamento individual é um pequeno passo em direção à transformação social, conforme analisaremos a seguir.

#### 4.2.4. Empoderamento Sociocultural

Esta dimensão visa identificar, via percepção das beneficiárias do PBF, indícios da presença do empoderamento sociocultural. A inclusão dessas mulheres em espaços sociais, em nível comunitário, é um indicador importante do empoderamento do social. Dreier (1996) corrobora com a necessidade de se ponderar acerca de tais valores ao afirmar que o empoderamento está associado à organização de comunidades para resolver problemas sociais e melhorar as condições locais.

**Gráfico 5 – Empoderamento Sociocultural (em %)**



Fonte: Resultados da pesquisa, 2018.

- 1) Com o Programa Bolsa Família tive mais acesso à serviços públicos;
- 2) Com o Programa Bolsa Família pude participar mais das reuniões escolares ou da associação de moradores; e
- 3) Com o Programa Bolsa Família pude participar mais no meu grupo religioso.

No que diz respeito à primeira variável de análise, um percentual de concordância de 43,3 % indica que o Programa Bolsa Família cumpre com seu objetivo de facilitar o acesso à serviços públicos. Porém, o somatório das demais respostas, em especial o percentual de 22,9% de



respondentes que informaram que o referido programa não alterou em nada o seu acesso à serviços públicos, é algo que coloca em discussão a própria efetividade do PBF.

A ampliação do acesso a serviços de saúde, educação e assistência social são condicionalidades do PBF, o que dá suporte ao objetivo geral do programa que é a ruptura do ciclo da pobreza intergeracional. A dificuldade de acesso aos referidos serviços, implica na maior vulnerabilidade dessas beneficiárias, o que impacta diretamente o processo de empoderamento das mesmas.

No que diz respeito à participação em reuniões escolares ou de associação de moradores, bem como em grupos religiosos, adota-se o conceito de Roso e Romanini (2014) de “organização grupal” como fundamental para o enfrentamento das dificuldades vividas nas comunidades carentes, para a participação social nas decisões e para o empoderamento dos sujeitos na busca de melhores condições de vida para a família e para si mesmo. Os resultados são positivos pois indicam que o PBF promove a participação e, conseqüentemente, o aumento do controle social por parte das beneficiárias, uma vez que 69,3% afirmaram que após o recebimento do benefício passaram a participar mais da vida da comunidade, através de reuniões escolares e de associações de moradores.

Quanto à participação em grupos religiosos, o nível de discordância quanto a influência do programa no envolvimento das beneficiárias em algum grupo religioso (40,4%) indica que as respondentes já tinham alguma relação com grupos religiosos ou não possuem essa relação. E as respostas positivas para essa variável (33,8%) indicam que o programa possibilitou o acesso a tais espaços. A participação ou a não participação em grupos religiosos gera maior ou menor nível de empoderamento, assim como diferentes percepções sobre o mundo e as pessoas que vivem ao seu redor.

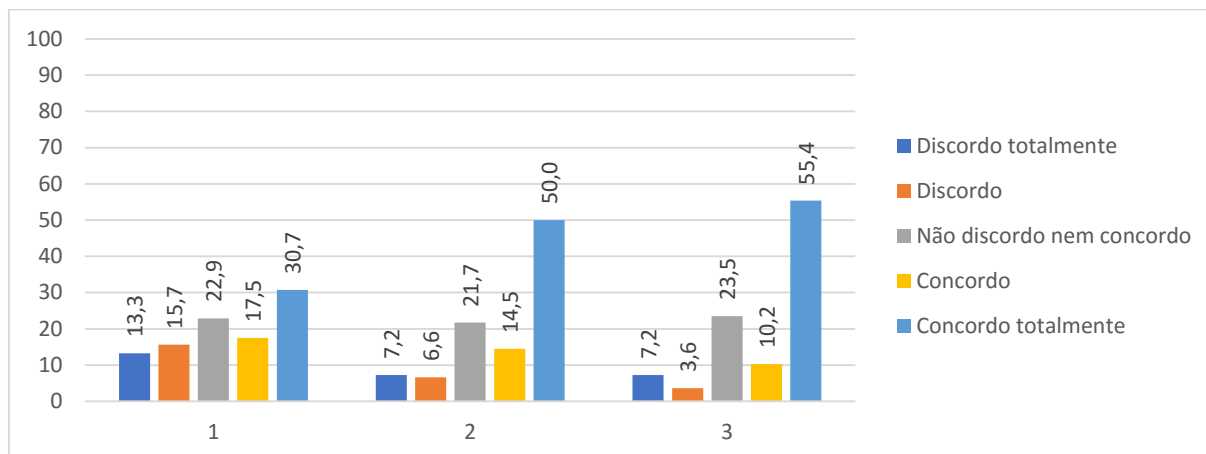
Contudo, apesar de ter seu papel redefinido com o passar dos tempos, Melo e Lopes (2012) apontam que a mulher ainda é oprimida por questões socioculturais históricas de caráter patriarcal em especial sob o paradigma de atribuir à mulher funções limitadas ao âmbito do lar. Dessa forma, corroborando com as autoras, à medida que as variáveis nessa dimensão deixam claro que o PBF contribui no processo de empoderar-se social e culturalmente, ainda existem barreiras que obstruem o ápice do empoderamento feminino, como pode ser observado nas demais dimensões.

#### **4.2.5. Empoderamento Político**

As variáveis entrepostas nessa dimensão estão de acordo com a noção de empoderamento de Zorzi (2008), pois têm por objetivo analisar o nível de mudança que o Programa Bolsa

Família proporcionou nos processos de mobilização e ação na busca de afirmação dos direitos e diminuição das desigualdades, no que tange ao direitos, cidadania e voto.

**Gráfico 6 – Empoderamento Político (em %)**



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

- 1) Com o Programa Bolsa Família tive mais conhecimento dos meus direitos;
- 2) A posse do cartão Bolsa Família aumentou minha função como cidadã; e
- 3) Com o Programa Bolsa Família tive mais consciência da importância do voto.

Em relação ao conhecimento dos direitos, 48,2% das respondentes afirmam que consideram ter mais consciência de seus direitos a partir da inserção no PBF. Para Gohn (2011), a luta por direitos faz parte da construção da cidadania. Para a autora

O tema dos direitos é fundamental, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. (GOHN, 2011)

No que concerne à cidadania, 64,5% das beneficiárias em questão, consideram ter aumentado sua função como cidadãs após a inclusão no programa. No que diz respeito a relação com o voto, 65,6%, das beneficiárias afirmaram ter maior consciência da importância deste instrumento de participação, após o PBF, o que nos leva a concluir que o referido programa contribui para a elevação da consciência política ou para o exercício da cidadania dessas mulheres.

Tratando sobre o problema da cidadania das mulheres, Saraceno (1995) destaca que a diferença entre a cidadania das mulheres em relação aos homens-cidadãos foi construída política e simbolicamente excludente, desde sua origem. (SARACENO, 1995, p. 207).

Tal realidade histórica de exclusão, gerou dependências múltiplas ao gênero feminino. Esta situação tende a ser modificada, paulatinamente, a partir do empoderamento feminino, que

pressupõe equidade e implementação de políticas públicas de distribuição de renda, como o próprio PBF. Corroborando com o exposto, Carloto e Mariano (2008) afirmam:

a partir da inserção nos programas de transferência de renda as beneficiárias têm enfatizado a conquista da autoestima, e o exercício de cidadania, tendo como indicador a titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para a mulher, no uso e aplicação dos recursos recebidos. Mulheres que nem sequer tinham documentos, passam a ter um cartão de banco. A possibilidade de inclusão, via o acesso ao consumo mínimo necessário para a sobrevivência imediata da família [...] (CARLOTO & MARIANO, 2008, p. 162-163)

Dessa forma, considerar a participação política, compreendida aqui como o conhecimento de direitos, função cidadã e consciência da importância dos votos, como indispensável para o processo de empoderamento é o pontapé inicial para um processo mais amplo de conquista da cidadania, possibilitando condições de mudança em sua autonomia, devendo esta ser encorajada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão norteadora desta pesquisa foi: o Programa Bolsa Família contribui para o empoderamento feminino? Assim sendo, faz-se necessário considerar se os benefícios proporcionados pelo Programa Bolsa Família, na forma em que são concedidos, estão contribuindo para um processo de empoderamento da mulher no sentido de favorecer sua autonomia e a equidade de gênero.

Após a análise produzida, considerando as dimensões para empoderamento de Malhotra *et al.* (2002) torna-se necessário fazer algumas considerações sobre os principais achados desta pesquisa, em especial quanto ao crédito do Programa Bolsa Família na obtenção do empoderamento das mulheres.

Pode-se considerar que o Programa Bolsa Família, de certa forma, tende a valorizar a mulher, porém isso é insuficiente para provocar mudanças nas relações de gênero, dado que também tende a valorizar os papéis femininos tradicionais da mulher, em especial direcionados à maternidade. O programa é capaz de promover o fortalecimento da autonomia das mulheres, à medida que são respeitadas pela comunidade como principais representantes e porta-voz da família, contudo ainda reafirma a exclusão das mulheres da cidadania ao passo que as inclui apenas nos interesses da comunidade familiar.

Merece destaque, os achados que dizem respeito a dimensão do empoderamento econômico, é inquestionável que o PBF tem sido efetivo no sentido de possibilitar independência financeira e acesso ao crédito, porém, falha quanto às oportunidades de emprego

e capacitação. Falhar nesse ponto, leva as beneficiárias a dependerem do programa para o sustento, criando um círculo vicioso que jamais será quebrado. Mais uma vez, ressalta-se a necessidade de se desenvolverem atividades associadas à educação para as mulheres, para que estas possam ter oportunidades de emprego e renda e chegar ao empoderamento econômico, de fato.

No entanto, o empoderamento vai além da tangibilidade das coisas. Foram encontrados indícios de que o programa produz efeitos positivos nas dimensões analíticas do empoderamento familiar, psicológico e sociocultural. Merece notoriedade a dimensão que trata do empoderamento político, tanto no que diz respeito ao maior conhecimento de direitos, bem como a maior consciência sobre a importância do voto. A percepção sobre direitos pode estar alinhada as próprias condicionalidades do PBF, as mulheres passam a entender que não recebem favor do Estado, mas este deve garantir a elas e as suas famílias direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social.

No que se refere ao empoderamento familiar, é essencial a compreensão de que quanto aos números que podem ser considerados negativos para a análise, a saber, os índices de discordância para cada variável, deve-se levar em consideração o expressivo percentual de respondentes solteiras, viúvas ou separadas, pois para essas beneficiárias, o programa não promoveu qualquer alteração no núcleo familiar.

Por fim, podemos concluir que é possível determinar os efeitos positivos do Programa Bolsa Família, refletindo-se no empoderamento das mulheres beneficiárias do município de Campina Grande, PB, em seus aspectos econômicos, familiar, sociocultural, psicológico e político.

Vale ponderar também acerca das limitações encontradas durante a elaboração dessa pesquisa, como a dificuldade de acesso ao número exato de mulheres inseridas no PBF, uma vez que os dados obtidos no CadÚnico do município citam apenas a quantidade de famílias amparadas pelo programa, sendo necessário aumentar a margem de erro para reparar quaisquer falhas que viessem a ocorrer por falta de exatidão quanto ao número de beneficiárias.

Sugere-se futuras pesquisas no sentido de aprofundar o estudo da relação entre PBF e empoderamento feminino, explorando grupos *ex-ante* e *ex-post*, o que traria informações apuradas acerca da efetividade do Programa Bolsa Família no empoderamento da mulher, devendo esta ser realizada de forma constante a fim de analisar se o programa tem cumprido com seu objetivo de aumentar a autonomia feminina.

**RELATIONSHIP BETWEEN THE PROGRAM BOLSA FAMÍLIA AND FEMALE  
EMPOWERMENT: a case study in the city of Campina Grande - PB.**

**ABSTRACT**

Female empowerment has emerged as an important issue in the public policy field. Thus, this study aims to analyze whether the Bolsa Família Program contributes to female empowerment in the municipality of Campina Grande, state of Paraíba. In order to answer the guiding question of this work, 166 questionnaires were applied to the beneficiaries of said program in the municipality. After the data collection stage, the data were grouped and classified according to the categories obtained from the bibliographical research, defined as economic, family, sociocultural, psychological and political empowerment. The results show that the Bolsa Família Program tends to value women, but it is not enough to bring about changes in gender relations, since it also tends to value the traditional female roles of women, especially those directed to family life. The program is capable of promoting the empowerment of women as they are respected by the community as the main representatives and spokesperson of the family, yet it reaffirms the exclusion of women from citizenship while only including them in the interests of the family community

**Keywords:** Public Policies; Bolsa Família Program; Female empowerment.

## REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1992.
- ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana. **O Programa Bolsa Família, Fecundidade e a Saída da Pobreza.** In: ARILHA, Margareth et al (Org.) *Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas.* Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p.27-48.
- BALASSIANO, M. SEABRA, A. A. LEMOS, A. H. **Escolaridade, Salários e Empregabilidade: tem razão a Teoria do Capital Humano?** RAC, v. 9, n. 4, Out./Dez. 2005
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 2009.
- BARR, N. **The Economics of the Welfare State.** Oxford University Press, 4th edition, 2004.
- BARTLETT, A. **Entry points of empowerment.** Bangladesh, 2004.
- BRINKERHOFF, D. W. AZFAR, O. (2006). **Decentralization and Community Empowerment: Does community empowerment deepen democracy and improve service delivery?** [http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNADH325.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADH325.pdf)
- CARLOTO, Cassia Maria. MARIANO, Silvana. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social.** Sociedade em Debate, Pelotas. p. 153-168. 2008
- CISNE, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Tese de doutorado em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- COSTA, N. R. Política social e ajuste macroeconômico. Cad Saúde Pública 2002; 18(Supl):13-21.
- COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.
- DREIER, P. Community Empowerment Strategies: The Limits and Potential of Community Organizing in Urban Neighborhoods. A Journal of Policy Development and Research, 1996. Disponível em: <<http://www.huduser.org/periodicals/citysce/vol2num2/dreier.pdf>>
- FERREIRA, Lina Penati. MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 27-29 mai. 2014.
- FREIRE, P.; SHOR, I. Medo e ousadia. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação. V. 16. N. 47. 2011.
- IVANOV, Aleksei Rafael. **Os programas de transferência de renda condicionada: análise nos municípios de Santa Catarina de 2004 a 2008.** TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Ciências Econômicas.

MOREIRA, Nathalia Carvalho *et al.* **Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família.** XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

MOSEDALE, S. **Policy arena, Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework.** Journal of International Development, 17, 243-257, 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RIGER, S. **What's wrong with empowerment.** Am J Community Psychol 1993; 21:279-92.

SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. **Gênero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFPE: Recife, 2014.

SARACENO, Chiara. Sociologia da Família. Lisboa: Editorial Estampa, 1997 *apud*. CARLOTO, Cassia Maria. MARIANO, Silvana. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social.** Sociedade em Debate, Pelotas. p. 153-168. 2008

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOARES, R. R.; GONZAGA, G. **Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1997. (Texto para discussão, n.380).

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS.** 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.